

## **Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) e Organizações da Sociedade Civil (OSC): um estudo bibliométrico da produção mundial**

### **Autoria**

Maria Elisa Huber Pessina - mariaelisahp@yahoo.com.br

Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA / UNIFACS - Universidade Salvador

Diego da Silva Santos - diegosilva1524@gmail.com

Iniciação Científica Bacharelado em Relações Internacionais / UNIFACS - Universidade Salvador

### **Resumo**

Este estudo se propõe a realizar um mapeamento da produção científica internacional sobre Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) e Organizações da Sociedade Civil (OSC). Apresenta caráter teórico-descritivo e emprega técnicas bibliométricas para analisar a base científica internacional Scopus. Diante dos resultados, foi possível identificar que a produção científica sobre o tema se intensificou a partir do ano 2000, marco do estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), na execução do qual as OSC adquiriram destacada relevância; as publicações originam-se, majoritariamente, de centros de pesquisa localizados no Norte; a produção é ainda significativamente fragmentada em termos de autores e de instituições que mais publicam sobre o tema; o debate sobre a gestão e eficácia das OSC que atuam na CID é central nas pesquisas sobre a temática; que a área de gestão e negócios é a segunda que mais publica sobre OSC e CID; dentre outros achados. Espera-se que os dados analisados possam contribuir para o desenvolvimento do estado da arte deste campo do conhecimento e fomentar estudos futuros no Brasil sobre a temática.

## **Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) e Organizações da Sociedade Civil (OSC): um estudo bibliométrico da produção mundial**

Resumo: Este estudo se propõe a realizar um mapeamento da produção científica internacional sobre Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) e Organizações da Sociedade Civil (OSC). Apresenta caráter teórico-descritivo e emprega técnicas bibliométricas para analisar a base científica internacional Scopus. Diante dos resultados, foi possível identificar que a produção científica sobre o tema se intensificou a partir do ano 2000, marco do estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), na execução do qual as OSC adquiriram destacada relevância; as publicações originam-se, majoritariamente, de centros de pesquisa localizados no Norte; a produção é ainda significativamente fragmentada em termos de autores e de instituições que mais publicam sobre o tema; o debate sobre a gestão e eficácia das OSC que atuam na CID é central nas pesquisas sobre a temática; que a área de gestão e negócios é a segunda que mais publica sobre OSC e CID; dentre outros achados. Espera-se que os dados analisados possam contribuir para o desenvolvimento do estado da arte deste campo do conhecimento e fomentar estudos futuros no Brasil sobre a temática.

Palavras-chave: Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Ajuda Internacional. Organizações da Sociedade Civil. ONGD. Estudo Bibliométrico.

### **1. Introdução**

Desde os primeiros anos do século XX, Piotr Kropotkin já afirmava que a competição é a lei da selva e a cooperação a lei da civilização (KROPOTKIN, 2009). À medida que o sistema internacional foi se tornando mais globalizado e interdependente, a cooperação tornou-se um pilar fundamental, coexistindo com os reconhecidos interesses em jogo (SATO, 2010).

É no contexto do final da Segunda Guerra Mundial que se institucionaliza o Sistema de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (SCID) como hoje conhecido. O marco é 1944, quando da criação das Instituições de Bretton Woods (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional) e, no ano seguinte, da ONU na Conferência de São Francisco. A Carta das Nações Unidas, de 1945, que instituiu formalmente as Nações Unidas, já elencava o objetivo de “empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos” (ONU, 1945, capítulo IX).

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) é entendida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) como ações internacionais que possuem o objetivo de ajudar outros países nos seus esforços de progresso social e econômico. A OCDE reconhece como atores da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: Estados, Indivíduos, Organizações Sociedade Civil, Organizações Multilaterais, Fundações Filantrópicas e Setor Privado (OCDE, 2019).

A CID, historicamente, possui discursos e tendências imperantes a respeito do desenvolvimento que marcam cada época, possíveis de observar acompanhando seus fóruns e consensos (AYLLÓN, 2007). Tanto as organizações bilaterais quanto as multilaterais adotam agendas estabelecidas por meio de consensos sobre o sentido e a

governança do desenvolvimento, as quais se modificam ao longo do tempo.

Estas agendas moldam políticas públicas dos países em desenvolvimento e até mesmo a atuação de Organizações da Sociedade Civil (OSC) e de empresas que atuam no contexto local. Da mesma forma, moldam também as OSC e empresas que acessam os recursos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.

As primeiras OSC a atuarem na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento surgiram na Europa durante a década de 1950, motivadas por razões religiosas, políticas e ideológicas, diante das notícias de miséria que chegavam das regiões periféricas do mundo. Em relação às políticas oficiais de intervenção praticadas pelas instituições multilaterais e bilaterais de seus países, estas OSC optaram pelo caminho do apoio e fomento de “políticas alternativas”, expressão comum naqueles tempos, que continha uma crítica aberta às políticas governamentais de CID (JANSEN, 1995, p.4). Conhecidas na literatura como Organizações não governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) ou Organizações Internacionais Não Governamentais (OING), foram, ao longo dos anos, importantes fornecedoras de apoio político e financeiro para OSC parceiras dos países em desenvolvimento (MARTENS, 2005; PESSINA, 2017).

As ONGD atuam utilizando tanto recursos públicos, proveniente de seus governos, quanto privados (doações, heranças, recursos de igrejas, dentre outros). Neste contexto, alguns autores e organizações vem abordando o tema das OSC na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento em diferentes perspectivas. Um relevante agenda de pesquisa tem sido os desafios e impactos da relação com a CID na gestão e atuação das OSC internacionais (NUNNENKAMP et al, 2009; PESSINA, 2017), ou argumentos sobre a importância e efetividade das OSC na execução de programas voltados para o desenvolvimento internacional, a exemplo de EPSTEIN, Gil S. e GANG. Ira N. (2006) e MARTENS, Bertin (2005)

Neste contexto, este estudo propõe-se a realizar um mapeamento da produção científica dos últimos vinte anos no âmbito internacional sobre Organizações da Sociedade Civil (OSC) e a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID). O levantamento foi realizado utilizando a base científica Scopus. Os principais aspectos analisados foram: a evolução da quantidade de publicações ao longo dos anos, quais autores mais escreveram sobre OSC e CID, quem são os principais financiadores destes estudos, quais os títulos mais referenciados na temática, quais os países e centros de pesquisas que mais tem se dedicado à temática, quais os termos mais relacionados aos estudos das OSC na CID, dentre outros achados. A partir dessa análise espera-se que seja possível fornecer uma visão geral da pesquisa sobre esse tema, contribuir para o entendimento da evolução do tema, bem como para o fortalecimento das discussões sobre OSC na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento no meio acadêmico.

O presente artigo foi estruturado em quatro partes, além desta introdução. A primeira parte é composta por um referencial teórico sobre a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e sobre as Organizações da Sociedade Civil. Em seguida, serão descritos os procedimentos metodológicos utilizados e, em seguida, encontra-se a apresentação e análise dos dados. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

## **2. O Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento**

Os programas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento surgiram no pós Segunda Guerra Mundial como instrumento das instituições que compunham o recém criado Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento - instituições de

Bretton Woods e potências vencedoras - voltado para reconstrução dos países devastados pela guerra. Tal justificativa se fortalecia diante da ameaça de expansão do regime comunista do leste e dos processos de independência de nações da África e Ásia, que se transformaram em territórios de disputa de influência econômica e ideológica.

Barbanti Junior (2005) afirma que nesse período surgiu o que se convencionou chamar de “indústria do desenvolvimento”, entendida como um conjunto de instrumentos que trabalham com a prática de implementação de projetos, do nível macro ao micro. As instituições dessa “indústria” formularam estratégias de desenvolvimento e procedimentos de implementação que perduraram por muitos anos (BARBANTI JUNIOR, 2005).

Autores como Francisco Albuquerque conceitua que a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento como um “conjunto de atividades realizadas por países desenvolvidos que, implicando alguma transferência de recursos concessionais para os países subdesenvolvidos, tem objetivo principal de ajudar a superar as dificuldades ou situações existentes nestes últimos países.” E assim, continua o autor, através dessa cooperação, busca-se uma relação internacional mais estável e pacífica, buscando garantir dignidade e humanidade para todos os povos (ALBURQUERQUE, 2010, p 144).

Já outros autores, como Keohane (1984) e Nye (1993), acreditam que essa cooperação vem disfarçada de influência de poder - seria essa a forma mais barata de exercer seu poder ou até mesmo sua hegemonia, podendo o país doador tirar vantagem dos receptores, diminuindo sua hierarquia e sua soberania, usando a doação como suborno para agir como o doador desejaria. Esse conceito vem associado a visão realista das relações internacionais, e por realismo, entende-se que o objetivo central dos Estados é a busca de poder - e a cooperação não fugiria disso, ou seja, não existe motivo maior para o doador que não seja o seu próprio fortalecimento (KEOHANE, 1984; NYE, 1993).

Por outro lado, para autores neoliberais (como Friedman, Bauer, Krueger ou Krauss), a ajuda externa distorce o jogo de livre mercado que é o verdadeiro motor do desenvolvimento. Para esses pensadores, atrapalhar ou intervir no livre mercado é impedir o verdadeiro desenvolvimento. A visão é de que um país receptor não consegue um dia deixar de ser receptor sem sua própria evolução, evolução que deveria partir de dentro para fora. Ao contrário, a ajuda penalizaria o crescimento porque supõe uma ação intervencionista prejudicial aos setores competitivos das economias nacionais (AYLLÓN, 2007).

A modalidade que possui mais centralidade nos debates da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento - a ponto de ser comumente confundida com ela - é a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD), também conhecida como ajuda pública internacional<sup>1</sup>. A AOD trata de transferências de *recursos de origem pública* dos países doadores, entregues diretamente pelos governos via suas Agências Oficiais de Cooperação (bilaterais), via Instituições Multilaterais ou via Instituições Não Governamentais (as quais além de atuarem com seus recursos próprios, acessam também recursos governamentais dos países onde estão instaladas), em favor dos países em desenvolvimento.

As estatísticas da AOD são monitoradas, sistematizadas e publicitadas pelo Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (CAD/OCDE). O CAD é um fórum internacional composto pelos maiores fornecedores de Ajuda, num total de 30 membros (29 países + União Europeia. Como observadores, participam o Banco Mundial, os Bancos Regionais de Desenvolvimento Asiático/Africano/ Interamericano, o FMI e o PNUD). O CAD é responsável por estabelecer princípios e normas internacionais para a Cooperação para o

Desenvolvimento e monitorar a forma como os doadores cumprem os seus compromissos<sup>1</sup> (OCDE, 2021a). A contabilidade do montante destinado por cada país à AOD representa uma peça importante no jogo da diplomacia internacional. Em 1970, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) aprovou a Resolução n. 2.626, de acordo com a qual os membros signatários devem comprometer 0,7% do valor do Produto Interno Bruto (PIB) de seus países na forma de AOD (OCDE, 2020a).

Para ser contabilizado como AOD, o CAD/OCDE definem que os fluxos de recursos precisam cumprir os seguintes critérios: (a) *ser de origem pública*; (b) *ter como principal objetivo a promoção do desenvolvimento econômico e do bem-estar*; (c) *possuir, quando empréstimos financeiros, grau mínimo de concessionalidade (doação) de 25%*. É contabilizada ainda como AOD a doação de produtos pelos países desenvolvidos: medicamentos, alimentos, tecnologia e outros componentes de ajuda humanitária, além de perdão ou redução da dívida externa e contribuições para organizações não governamentais. Estão excluídas as subvenções, empréstimos e créditos para fins militares assim como transações que tenham, fundamentalmente, objetivos comerciais (IGLESIA-CARUNCHO, 2005; OCDE, 2021a).

As principais modalidades de AOD são a *Ajuda Financeira* e a *Ajuda Técnica*. A *Ajuda Financeira* pode ser por meio de doação (*grants*) ou empréstimos (*loans*) que obedeçam a um grau de concessionalidade (doação) de 25%. A *Ajuda Técnica* é prestada na forma de serviços como consultorias, capacitação e aperfeiçoamento técnico e profissional.

Além da AOD existe o *Financiamento Internacional para o Desenvolvimento*, o qual é composto por fluxos financeiros que podem cumprir os mesmos objetivos que a AOD, porém que não alcançam o grau de concessionalidade deste último (IGLESIA-CARUNCHO, 2005)<sup>ii</sup>.

A AOD representa um grande fluxo internacional de recursos. Apenas contabilizado os países que compõem o CAD, foram repassados 143 bilhões de dólares em 2018, e 152,8 bilhões de dólares em 2019. Neste contexto, o contato direto entre doadores e beneficiários não seria capaz de alcançar transferências tão volumosas, fazendo-se necessário uma vasta estrutura organizacional para facilitar sua intermediação.

Nesta estrutura, destacam-se os atores da Cooperação Multilateral: os multilaterais - Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (Banco Mundial e Bancos Regionais de Desenvolvimento), a União Europeia e a ONU (suas Agências, Programas e Fundos) ; os atores bilaterais – a maioria dos países possui uma Agência Oficial para execução de suas políticas de cooperação, normalmente vinculada ao Ministério da Cooperação para o Desenvolvimento, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Fazenda ou Ministério do Meio Ambiente. Além dos recursos de AOD executados pelas agências oficiais, também são contabilizados como bilaterais os recursos da ajuda pública internacional executados via Organizações Não Governamentais e, mais recentemente, via parcerias público-privadas (AYLLON, 2007).

A maioria das ONGD atuam na CID utilizando tanto recursos públicos, quanto privados (doações, heranças, recursos de igrejas). A natureza da atuação destas organizações também é peculiar, e vai sofrer alterações a partir do modelo de desenvolvimento hegemônico em cada período histórico, suas agendas e governança.

---

<sup>1</sup> <http://www.oecd.org/dac>

### 3. As Organizações da Sociedade Civil (OSC) na Cooperação Internacional para o desenvolvimento.

Historicamente, as OSCs exercem papel fundamental na realização de atividades que corroboram com os objetivos das agendas globais para o desenvolvimento, com destacadas *expertises* nas áreas de saúde, educação, meio ambiente e a gestão com pessoas em situação de vulnerabilidade social, dentre outras (OCDE,2008a). Além de desenvolverem ações de desenvolvimento e humanitárias, as OSC influenciam políticas de cooperação internacional para o desenvolvimento a partir de diálogo e *advodacy* (OCDE, 2018).

Entretanto, o lugar das OSC na governança das agendas de desenvolvimento hegemônicas de cada período não se manteve estática ao longo dos anos.

As primeiras Organizações Não Governamentais de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (ONGD) surgiram durante a década de 1950, motivadas por razões religiosas, políticas e ideológicas, diante das notícias de miséria que chegavam das regiões periféricas do mundo e como gratidão pela assistência recebida de outros países ao final da Segunda Guerra Mundial (BROT FÜR DIE WELT, 2011; MISEREOR, 2010). Em relação às políticas oficiais de intervenção praticadas pelas instituições multilaterais e bilaterais de seus países, as agências não governamentais optaram pelo caminho do apoio e fomento de “políticas alternativas”, expressão comum naqueles tempos, a qual continha uma crítica aberta às políticas governamentais (JANSEN, 1995, p.4).

Nos países do sul, por sua vez, data dos anos sessenta e setenta o surgimento de diferentes formas de organização que representavam uma posição crítica diante da ordem hegemônica de desenvolvimento de seus países. No seio dessas correntes contrárias, muitas agências não governamentais encontravam parceiros para cooperar por um modelo de Bem Estar Social na América Latina, onde não faltavam correntes contrárias, como a elite nacional, governos militares, entre outros (PESSINA, 2017).

Nesse período, as agências não governamentais europeias apoiaram importantes movimentos de lutas nos países em desenvolvimento, como os movimentos por democracia na América Latina, dentre outros que possuíam o propósito de enfrentar as causas da desigualdade social que marcavam a realidade de muitos países desse continente. Além de agendas próprias, as agências não governamentais de cooperação para o desenvolvimento, nesse período, possuíam uma dinâmica de gerenciamento particular, determinada por alguns princípios característicos desse tipo de cooperação - Pouco se falava em comprovação de resultados, construção de indicadores ou métodos de avaliação (PESSINA, 2017).

Ao longo de suas histórias, a maior parte das agências europeias não governamentais de cooperação para o desenvolvimento contaram com o cofinanciamento de seus governos, que desde o início as viam como importantes canais a regiões de difícil acesso político, uma vez que elas possuíam parceiras em muitas regiões onde seus Estados, por meio da diplomacia oficial, encontravam dificuldade de adentrar. Contudo, tais recursos governamentais eram passados com significativa liberdade, pouca intervenção e controle sobre as agendas das organizações cooperantes. De acordo com Bava (2011), a Europa, nessa época, era governada pelo partido trabalhista, quando a mobilização social e a disputa ideológica com o bloco soviético faziam avançar o Estado do Bem-Estar Social, que posicionava a Europa como uma das regiões mais avançadas no respeito aos direitos dos cidadãos. Suas agências de cooperação internacional apoiavam a educação para a cidadania, movimentos sociais, sindicatos, associações e entidades que se organizavam em torno da luta pela afirmação de direitos (BAVA, 2011).

A partir da crise do petróleo da década de 1970, o modelo de desenvolvimento keynesiano em vigência entrou em crise, abrindo espaço para o ideário neoliberal, que se consolida como hegemônico na década de 1980. Segundo seus teóricos, o Estado deveria recuar como agente econômico, cedendo espaço para um mercado livre capaz de gerar justiça e, conseqüentemente, gerar a maior igualdade social possível (BARBANTI JR., 2005).

Entretanto, as medidas de ajustes implementadas pelos governos neoliberais na década de 80 não alcançaram êxito no objetivo de reanimar o capitalismo e restaurar as altas taxas de crescimento anteriores à crise. Como resultado, um alto nível de desemprego assolou as economias capitalistas avançadas no início de 90, marcando uma nova recessão mundial, caracterizada por níveis de endividamento público e privado sem precedentes desde a Segunda Guerra Mundial (ANDERSON, 1995). Os países da periferia capitalista, que haviam seguido o receituário neoliberal como solução para seus altos índices de endividamento e inflação, viram suas economias arruinadas além de cortes significativos nas poucas políticas de bem estar que se havia alcançado.

O declínio do discurso político e econômico neoliberal no mundo, nos primeiros anos da década de 90, não significou o retorno ao ideário keynesiano de desenvolvimento e das políticas de bem estar social do imediato pós guerra. Em 1990, o Banco Mundial, em seu Relatório sobre Desenvolvimento Mundial, destacou o tema da pobreza, recomendando aos países em desenvolvimento estratégias para o enfrentamento dos elevados custos sociais decorrentes das políticas de ajuste estrutural, inaugurando o discurso do desenvolvimento focado no combate à pobreza. Em 1995, ocorreu, em Copenhague, a Cúpula Mundial de Desenvolvimento Social, com objetivo de reduzir a pobreza, e 1996 foi declarado pela ONU, oficialmente, um ano internacional para a erradicação da pobreza (RUHIL, 2017).

A década de 90 foi marcada por uma série de encontros identificados com a formação de um novo consenso internacional a respeito de desenvolvimento, que ficou conhecido como paradigma do Desenvolvimento Humano Sustentável. Tal paradigma foi amplamente difundido pelas cúpulas das Nações Unidas ao longo da década de 1990, que culminaram na compilação dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) em 2000, cujo oitavo prevê justamente a criação de uma parceria global para o desenvolvimento. Os Objetivos do Milênio passaram a guiar os discursos e ações de todas as instituições do Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento, tornando-se uma espécie de unanimidade nas referências de seus documentos. O foco em temáticas como meio ambiente, Desenvolvimento Sustentável, gênero, entre outros, convertem-se em componentes onipresentes nos programas de ajuda internacional e pré-requisito para sua eficácia (AYLLÓN, 2007).

Estabeleceu-se um novo consenso global sobre desenvolvimento, cujo cerne era a luta contra a pobreza e o desenvolvimento social, que ficaria conhecido como ideário de Desenvolvimento Humano Sustentável (ANAND; SEN, 1994; PLEWES; SREENIVASAN; DRAIMIN, 1996). O novo discurso do Desenvolvimento Humano Sustentável representa não apenas uma redefinição da agenda, como de atores do desenvolvimento, comportando a noção de arranjo institucional no qual o mercado figura como o principal condutor da produção e distribuição de bens, o Estado como articulador da redefinição das regras do jogo e um Terceiro Setor, que em parceria com o mercado e o Estado promovam o bem-estar social (KRAYCHETE, 2008).

Para o propósito do foco no combate à pobreza, o trabalho de ONGs e sua estrutura “capilar” fazia-se fundamental para garantir o acesso aos mais pobres. Na década de 1990, aumentou o número de ONGs por todo o mundo, fortalecendo e ampliando o setor não governamental (ZIMMER, 2000). A maior parte de tais organizações surgiu como

executora e intermediária de serviços, sem o propósito de disputar os sentidos da democracia e enfrentar a lógica do mercado e da desigualdade. Registra-se assim, nessa época, um processo de legitimação e crescimento do chamado Terceiro Setor, de forma a responder à altura a nova responsabilidade que lhes cabia, exigindo-lhe o desenvolvimento de uma cultura organizacional semelhante àquela das empresas privadas (SALIMON; SIQUEIRA, 2013).

Foi nesse contexto que a atuação das ONGs na luta contra a pobreza começou a mudar. Segundo Jansen (1995), o Banco Mundial abriu espaço para a colaboração com as ONGs, de maneira que “as forças de resistência e denúncia das políticas anteriores são convocadas agora a participar como parceiras da próxima tentativa de combate à miséria no mundo” (JANSEN, 1995, p.5). Tomando o BM como referência, nota-se que “cinquenta dos 222 projetos aprovados pelo Banco em 1990 contavam com a participação de ONGs (contra uma média anual de 15 projetos entre 1973 e 1987)” (NERFIN, 1992, p.105). O crescimento das ONGs foi observado também no âmbito da CID, ao final da década de 1980 e início dos anos 1990, conformando um verdadeiro mercado para a Ajuda Internacional (KLEIN; HARFORD, 2005; SEVERINO; RAY, 2009).

O novo ideário de desenvolvimento comporta não apenas o estabelecimento de agendas bem definidas para focar a ajuda em temáticas, tornando-a mais eficaz, como também prevê a imposição de controles cada vez maiores sobre a gestão da Ajuda. A evolução deste pensamento é notada no percurso das conferências e respectivas declarações das organizações internacionais, principalmente a partir de 2000, nas quais estabelecem-se uma série critérios a serem seguidos para o alcance da Eficácia da Ajuda.

Desde o final da década de 1990, as instituições internacionais que lidam com países em desenvolvimento vêm dedicando enorme atenção a eficácia dos recursos dos programas de Ajuda Internacional (MOSLEY, 1997). Os principais instrumentos políticos utilizados para atingir tal eficácia passaram a ser o estabelecimento de agendas (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, por exemplo) e de gestão (complementariedade, não sobreposição de projetos, gestão baseada em resultados, dentre outros, estabelecidos principalmente nos Fóruns de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda da OCDE) (OCDE 2003, 2005, 2008, 2011).

Em 2008 aconteceu o terceiro Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda em Acra que deu origem a Agenda para Ação de Acra, a qual ficou conhecida por representar um esforço de identificar ações prioritárias e imediatas para acelerar e aprofundar a implementação da Declaração de Paris até 2010, uma vez identificado que “estavam ocorrendo progressos, mas que não eram suficientes” (OCDE, 2008, pág.1). Nesse documento estabeleceu-se três grandes desafios para acelerar o progresso na eficácia da ajuda: Fortalecer o Controle/Apropriação do Desenvolvimento por Parte dos Países (parceiros); Construir Parcerias de Desenvolvimento Mais Eficazes e Inclusivas; Alcançar resultados de desenvolvimento — e prestar abertamente contas desses resultados;

Foi na Agenda para Ação de Acra que foram feitas, pela primeira vez, recomendações diretas sobre o papel das organizações da sociedade civil (OSC) em relação à eficácia da ajuda, identificadas dentro do macro objetivo “Construir Parcerias de Desenvolvimento Mais Eficazes e Inclusivas” (OCDE, 2008, pág. 4). Em Acra os governos dos países doadores se comprometeram em coordenar e alinhar as atividades de cooperação das OSC de seus países (os quais também recebem recursos governamentais) com os programas de ajuda oficiais em busca da maior eficácia da ajuda.

Enquanto, durante a vigência dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), 2000-2015, as OSC foram consideradas instrumentais para a aplicação das políticas

focalizadas de combate à pobreza (PESSINA, 2017), com a renovação da agenda internacional do desenvolvimento, em 2015, renova-se também sua governança, e muda o papel que caberá às OSC.

Em 2015, a agenda do desenvolvimento foi renovada com o estabelecimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), na Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. O documento Transformando o Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável anunciou objetivos a serem cumpridos até 2030, “sem deixar ninguém para trás”, os quais envolvem temáticas diversificadas como: erradicação da pobreza, segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, água e saneamento, energia, crescimento econômico sustentável, infraestrutura, redução das desigualdades, cidades sustentáveis, padrões sustentáveis de consumo e de produção, mudança do clima, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, sociedades pacíficas, justas e inclusivas e parceiras de implementação.(UM, 2015a)

Em 2015, aconteceu também a Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento de Addis Abeba, que resultou na Agenda de Ação de Addis Abeba (AAAA). A AAAA apela para um conjunto diversificado de atores - governos, empresas, fundações e indivíduos - para mobilizar maiores recursos financeiros para alcance dos

ODS, para o calculou-se a necessidade de um investimento anual de 2,5 trilhões de dólares. Dentre as recomendações da AAAA, destacam-se pontos que se tornaram recorrentes nos relatórios e discursos da CID pós 2015, dentre os quais destaca-se: a importância de alinhar o investimento privado para o desenvolvimento sustentável com políticas públicas e quadros regulatórios que incentive tal agenda (UN, 2015b).

A constatação da limitação dos orçamentos públicos da AOD para o alcance dos ODS levou os atores do desenvolvimento a estabelecerem parcerias com o setor privado para alavancar e/ou subsidiar investimentos privados de impacto. Desde então, vem crescendo o investimento privado mobilizado por intervenções de AOD em apoio ao desenvolvimento sustentável (OCDE, 2016).

Desde então, na nova agenda da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento tem ganhado centralidade temas que vem afetando modelos regulatórios nacionais, visando maior incentivo público a atuação do setor privado nos ODS, seja com recursos domésticos como da AOD. São exemplos de tais agendas: apoio à conduta empresarial responsável e às cadeias de valor sustentáveis; promoção do comércio justo e sustentabilidade social e ecológica nas cadeias de fornecimento globais; empréstimos e contribuições para alavancagem de fundos do mercado para proteção dos bens globais; regulamentação do mercado financeiro sustentável e títulos verdes (Green Bonds), dentre outros (PESSINA, KRAYCHETE, 2020).

Na governança da agenda de desenvolvimento pós 2015, o setor privado ganha centralidade enquanto para as OSC se fortalece o lugar de vigilantes da atuação do setor privado atuando no alcance da *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*.

Em documentos como *Putting the last first? Civil society's role in leaving no one behind* (OCDE, 2018), a OCDE reconhece que as OSC promovem a participação de grupos excluídos, dando voz e fornecendo meios para a expressão e reivindicação dos seus direitos. A cooperação alemã manifesta, por sua vez, para o relatório do CAD/OCDE *Private Sector Peer Learning - Country Report: Germany*, que as OSC desempenham um papel importante no acompanhando e fiscalização do Engajamento do Setor Privado (*Private Sector Engagement*), e defende o fornecimento de fundos dedicados a parcerias *multi-stakeholder* para facilitar a cooperação entre tais atores.

Diante de todas estas perspectivas de análise das OSC nas relações com a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, este estudo bibliométrico busca levantar e analisar as principais informações sobre os estudos que vem sendo publicados no mundo relacionados à temática. Quem são os principais autores, quais instituições mais tem se dedicado ao tema, quais os principais financiadores destas pesquisas, quais os principais termos associados a estes estudos, etc.

## **4. Metodologia**

### **4.1 Coleta de dados**

Foi realizado um levantamento bibliográfico, em março de 2022, na base de dados *Scopus*, utilizando os seguintes descritores em inglês utilizados na literatura como sinônimos de Organizações da Sociedade Civil e de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: “*Civil society organization*”, “*Non governmental organization*”, “*International development assistance*”, “*International aid*”, “*International development cooperation*”, “*development aid*”, “*foreign aid*”, “*international development cooperation*”, “*Development cooperation*”, e “*International Cooperation and development*”. Estes descritores foram buscados nos títulos, palavras-chave e resumos. Foram utilizados os operadores booleanos “OR” para relacionar os descritores sinônimos e “AND” para que fossem contemplados trabalhos que trouxessem em seus títulos, resumos ou palavras chaves tanto sinônimos de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento quanto de Organizações da Sociedade Civil.

Ao todo, foram recuperados 397 artigos. Em seguida, foi realizada uma seleção manual, a fim de selecionar apenas os artigos que, de fato, estivessem relacionando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e a atuação das Organizações da Sociedade Civil restando, após esta etapa, 367 artigos, os quais foram utilizados como base para a análise bibliométrica.

O estudo foi feito usando os indicadores bibliométricos que o próprio *Scopus* fornece e utilizando um software auxiliar para separar e expor essas informações de forma mais coesa (*VOSviewer*). O programa Excel foi usado como ferramenta para analisar algumas características dos trabalhos, tabular os dados disponíveis do *Scopus* e gerar alguns dos gráficos e tabelas. A partir do Excel foram elaborados os gráficos referentes às publicações por ano e publicação por países, assim como as tabelas sobre as áreas do estudo, a relação dos 30 autores que mais publicam, as afiliações e instituições que mais publicam estudos na temática, assim como os 30 artigos mais citados.

Em seguida, foi utilizado o *VosViewer* para catalogar e criar um mapa da rede de palavras-chaves mais utilizadas.

## **5. Análise dos resultados**

Nessa sessão são analisados os resultados da coleta de dados deste estudo bibliométrico: a quantidade de documentos publicados por ano, a proporção dos textos que mais são citados nos estudos sobre a ação da sociedade civil para o desenvolvimento internacional; a relação de países que mais publicam textos sobre a temática em comparação com os países que mais doam no âmbito da OCDE; os autores mais citados; as instituições que mais financiam tais pesquisas; os tipos de documentos que mais são publicados no tema; e as áreas do conhecimento que mais publicam sobre OSC e CID.

### 5.1 Percentual de publicações por ano

Figura 1: Distribuição do número de artigos recuperados na base Scopus sobre Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) e Organizações da Sociedade Civil (OSC) entre 1985 e 2020.



Fonte: elaborada pelos autores a partir de informações retiradas do Scopus (março 2022).

Em primeira análise, observa-se o aumento das publicações sobre OSC e CID a partir dos anos 90, especialmente ao final desta década. Isso possivelmente ocorre, conforme discutido nos capítulos teóricos deste artigo, devido à nova governança do desenvolvimento pautada naquela década, na qual as OSC foram cada vez mais legitimadas como atores importantes na promoção do desenvolvimento.

Outra informação pertinente é que, entre 2000 e 2015, período de vigência dos ODM, a quantidade de artigos publicados sobre OSC e CID saltam de menos de 5 em 2000 para quase 30 próximo ao fim do período de vigência dos ODM (2015). O auge das publicações na temática das OSC e CID ocorreu próximo ao ano de 2015, fato que pode ser associado à renovação desse debate, com o estabelecimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e lançamento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, e com a renovação da governança da agenda de desenvolvimento internacional. A partir de 2015, observa-se uma diminuição gradual do número de publicações sobre OSC e CID. Como também visto nos capítulos teóricos, na governança da CID pós 2015, as OSC perdem centralidade à medida que um novo ator adquire mais relevância nos debates sobre desenvolvimento: o setor privado (PESSINA e KRAYCHETE, 2021).

### 5.2 Relações de Países que mais publicam X Países que mais doam

Figura 2: Países que publicaram o maior número de artigos sobre Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) e Organizações da Sociedade Civil (OSC) entre 1985 e 2020.

## Publicações por países



Da plataforma Bing

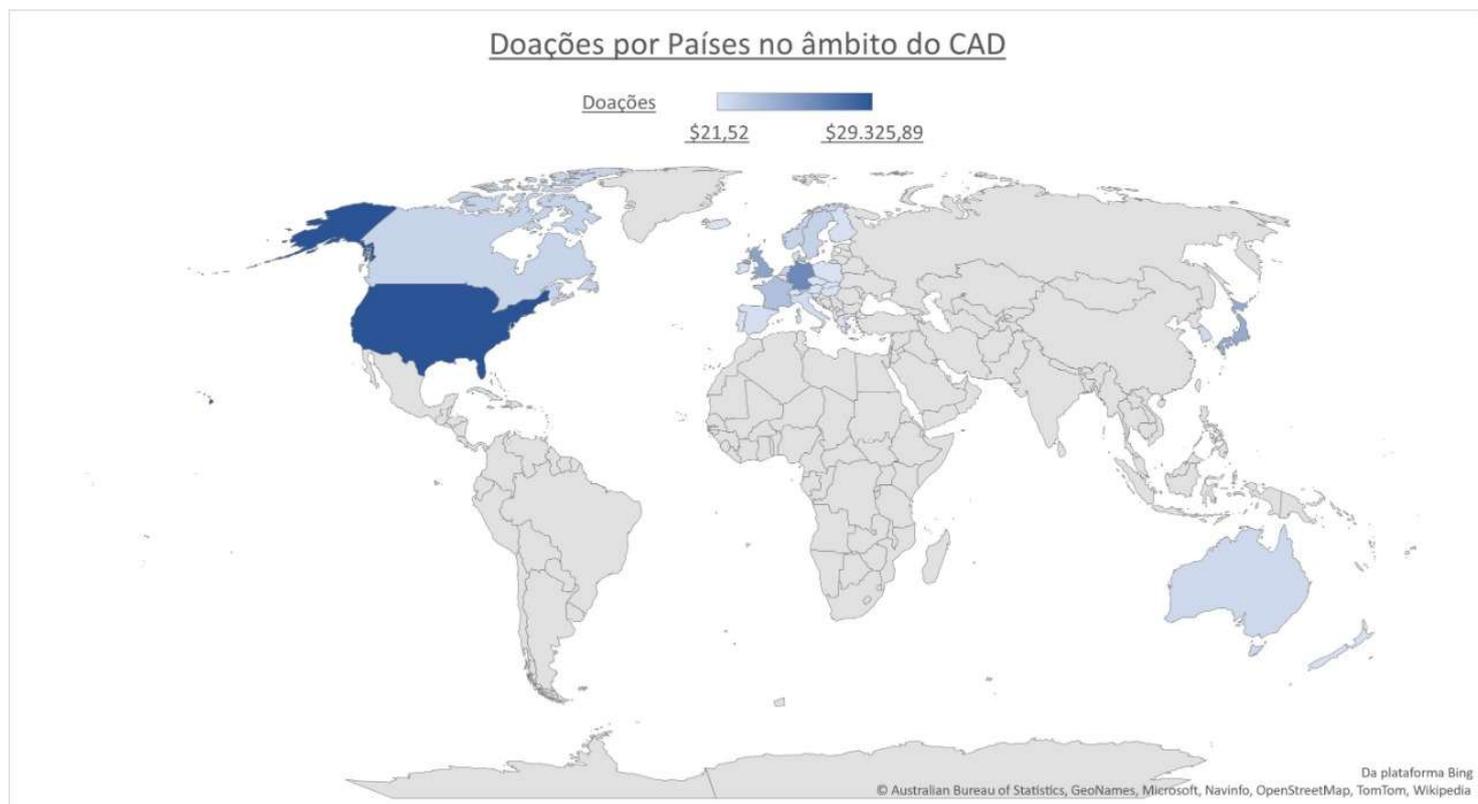
© Australian Bureau of Statistics, GeoNames, Microsoft, Navinfo, OpenStreetMap, TomTom, Wikipedia

Fonte: elaborada pelos autores a partir de informações retiradas do Scopus (março, 2022).

A análise desse gráfico em formato de mapa mundo traz as seguintes conclusões: o debate sobre a CID encontra-se presente em todos os continentes, mas, no continente que mais recebe AOD o tema não está sendo pautado, ou esses debates não se convertem em publicações disponibilizadas nas principais revistas científicas mundiais. O que se observa é que os países que mais estão publicando estudos sobre OSC e CID – e, desta forma, pautado os debates sobre esta temática - são: Estados Unidos (95 publicações), Reino Unido (63 publicações), Alemanha (27 publicações) e a Holanda (25 publicações). Uma exceção seria a África do Sul, um dos maiores receptores de AOD do continente africano<sup>iii</sup>, que se destaca entre os países que tem publicado sobre OSC e CID (14 publicações).

No mapa a seguir, é possível observar que os países que mais publicam sobre CID e OSC representam, justamente, os principais doadores de AOD. Por exemplo, no ano de 2019, Estados Unidos doou U\$ 29 milhões, Reino Unido doou U\$ 13 milhões, Alemanha doou U\$ 18 milhões e Holanda U\$ 3 milhões de dólares<sup>iv</sup>.

Figura 3: Doações em milhões de dólares em 2019 (apenas doadores do CAD)



Fonte: elaborada pelos autores a partir de informações retiradas do OECD Statistics (março, 2022).  
Valores acumulados em milhões de dólares referentes ao ano de 2019. Apenas membros do CAD.

### 5.3 Áreas do conhecimento que mais publicaram artigos sobre CID e OSC

Outro dado que se julgou relevante analisar foi quais áreas do conhecimento mais vem publicando sobre OSC e CID. Chama atenção a constatação de que a área de negócios, gestão e contabilidade é a segunda a mais publicar sobre a temática. Essa informação dialoga com o que foi apontado nos capítulos teóricos a respeito do fortalecimento da dimensão da gestão das OSC na busca de maior eficácia na execução de programas de CID, fruto do processo de legitimação e institucionalização destas organizações como atores do desenvolvimento no pós 1990.

Tabela 1. Áreas de estudo que mais publicaram sobre Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Organizações Da Sociedade Civil (OSC) entre 1985 e 2020.

Área de Estudo	Publicações
Ciências Sociais	293
Negócios, Gestão e Contabilidade	52
Medicina	45
Economia, Econometria e Finanças	42
Artes e Humanidades	40
Ciência ambiental	38
Terra e Ciência Planetária	24
Engenharia	12
Ciência da Computação	9
Psicologia	9

---

<b>Outros</b>	<b>28</b>
---------------	-----------

---

Fonte: elaborada pelos autores a partir de informações retiradas do Scopus (março, 2022).

#### **5.4 Autores que mais publicam, suas afiliações e as instituições que mais financiam estudos**

Outro dado verificado diz respeito a quem são os autores que mais tem publicado sobre Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) e Organizações da Sociedade Civil (OSC) desde 1985, a quais instituições eles pertencem e quais são as organizações que mais financiam pesquisas sobre CID e OSC no mundo acadêmico.

Como resultado, observa-se que o número de estudos sobre OSC e CID está significativamente fragmentado entre diversos autores, não havendo uma concentração de especialistas como visto geralmente em outras temáticas.

Da mesma forma, não há uma instituição de referência que mais tem se dedicado a pesquisas sobre OSC e CID. Conforme é possível observar na Tabela 2, destacam-se, entre as que mais tem pesquisado e publicado sobre o tema, diversas universidades holandesas, inglesas, alemãs e estadunidenses. Chama atenção que o Banco Mundial encontra-se entre as principais instituições que tem desenvolvido e publicado pesquisas sobre CID e OSC. Também destaca-se o fato de uma universidade de Ghana e outra da África do Sul terem se destacado dentre as principais instituições de origem das publicações nesta temática.

Quanto às instituições que mais financiam pesquisas sobre OSC e CID, apesar da mesma fragmentação observada anteriormente, destacam-se alguns organismos conhecidos no campo, como a Comissão Europeia (que financiou 6 do total das publicações na temática), o Conselho de Pesquisa Social e Econômica do Reino Unido (financiou 5 do total de publicações na temática), seguidas da Sociedade Alemã para Pesquisa, da USAID, do Banco Mundial e da Fundação Nacional Coreana de Pesquisa, que financiaram, cada uma delas, 4 publicações sobre CID e OSC. Vale destacar aqui a presença de organismos da Coreia dentre os principais financiadores das publicações sobre CID e OSC. A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento ofertada pela Coreia é mais recente e pouco conhecida no campo dos estudos sobre CID. Entretanto, nos últimos anos, vem crescendo em importância, indicando, a partir dos dados aqui analisados, que também tem se destacado nas pesquisas que tratam da relação da CID com as OSC.

Tabela 2: Os 30 autores que mais publicam nos textos sobre Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Organizações da Sociedade Civil (OSC), as 30 afiliações que mais publicam estudos sobre o tema e as 30 instituições que mais financiam estudos sobre esse tema.

Rank	Autores	TP	Afiliações	TP	Financiadores	TP
1.	Nunnenkamp, P.	5	Universiteit van Amsterdam	7	European Commission	6
2.	Kim, Y.S.	4	London School of Economics and Political Science	7	Economic and Social Research Council (UK)	5
3.	Pfeiffer, J.	4	Radboud Universiteit	6	Deutsche Forschungsgemeinschaft	4
4.	Appe, S.	3	University of Oxford	6	National Research Foundation of Korea	4
5.	Bentley, C.M.	3	Institut für Weltwirtschaft an der Universität Kiel	6	United States Agency for International Development	4
6.	Fioramonti, L.	3	University of Leeds	5	World Bank Group	4
7.	O'Dwyer, B.	3	University of Washington	5	European Bank for Reconstruction and Development	3
8.	Pallas, C.L.	3	Royal Holloway, University of London	5	Ministry of Education (Korea)	3
9.	Sheikh, P.A.	3	University of Pretoria	5	National Science Foundation (USA)	3
10.	Unerman, J.	3	The World Bank, USA	5	Canadian International Development Agency	2
11.	Wyler, L.S.	3	The University of Manchester	4	Carnegie Corporation of New York	2
12.	Öhler, H.	3	University of Ghana	4	Helsingin Yliopisto	2
13.	Lewis, D.	3	Kennesaw State University	4	Horizon 2020 Framework Programme	2
14.	Belward, A.S.	2	Binghamton University State University of New York	4	International Development Research Centre (Canada)	2
15.	Brown, S.	2	Loyola University New Orleans	4	International Monetary Fund	2
16.	Davis, J.M.	2	Universidad de Granada	4	Korea International Cooperation Agency	2
17.	Dreher, A.	2	University of Illinois Urbana-Champaign	3	National Institutes of Health	2
18.	Golini, R.	2	Budapesti Corvinus Egyetem	3	Styrelsen för Internationellt Utvecklingssamarbete	2
19.	Guillet, F.	2	Universitat de València	3	UK Research and Innovation	2
20.	Hakala, E.	2	Helsingin Yliopisto	3	United Nations Development Programme	2
21.	Kamstra, J.	2	Princeton University	3	African Capacity Building Foundation	1
22.	Khan, S.I.	2	Harvard University	3	Agence Française de Développement	1

23.	Kluczevska, K.	2	Rijksuniversiteit Groningen	3	Agence Nationale de la Recherche	1
24.	Knippenberg, L.	2	Universität Heidelberg	3	Agence Universitaire de la Francophonie	1
25.	Koch, D.J.	2	Universiteit Twente	3	Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo	1
26.	Krawczyk, K.	2	University of Massachusetts Boston	3	Albert-Ludwigs-Universität Freiburg	1
27.	Kumi, E.	2	Universität Konstanz	3	American Political Science Association	1
28.	Lacomba, J.	2	The University of Edinburgh	3	American Society for Public Administration	1
29.	Landoni, P.	2	University of Ottawa	3	Association for Research on Non-Profit Organizations & Voluntary Action	1
30.	Leménager, T.	2	University of Minnesota Twin Cities	3	Auburn University	1

TP = Total de Publicações.

Fonte: elaborada pelos autores a partir de informações retiradas do Scopus (março, 2022)

### 5.5 Textos que mais são citados nas pesquisas sobre Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) e Organizações da Sociedade Civil (OSC) entre 1985 e 2020.

Por fim, apresenta-se os artigos mais relevantes sobre CID e OSC de acordo com o critério de número de citações de 1982 a 2022. Observa-se um número de estudos de caso sobre a participação de OSC em programas de cooperação em temas específicos, como saúde, água potável, conservação, redução da pobreza, reconstrução pós conflito, dentre outros. Entretanto, a maior parte dos estudos referem-se a abordagens mais estruturais, que muito dialogam com as questões trazidas nos capítulos teóricos, como: a relação das OSC com a promoção do desenvolvimento internacional e o diferencial destes atores; a gestão das ONGD (*accountability*); as implicações do ideário neoliberal sobre a atuação das ONGD; as implicações da nova gestão das OSC em sua missão; dentre outros. Chama ainda atenção o fato de que apenas dois das 30 publicações mais citadas sobre CID e OSC foram publicadas antes do ano 2000.

Tabela 3. Os 30 artigos mais citados sobre CID e OSC desde 1985

<u>Rank</u>	<u>Título</u>	<u>Autor(es)</u>	<u>Fonte</u>	<u>Ano</u>	<u>Citações</u>
1.	<u>Does foreign aid promote democracy?</u>	<u>Knack, S.</u>	<u>International Studies Quarterly 48(1), pp. 251-266</u>	<u>2004</u>	<u>317</u>
2.	<u>Corporate social responsibility and developing countries</u>	<u>Dobers, P., Halme, M.</u>	<u>Corporate Social Responsibility and Environmental Management 16(5), pp. 237-249</u>	<u>2009</u>	<u>221</u>
3.	<u>Non-governmental organizations and development</u>	<u>Lewis, D., Kanji, N.</u>	<u>Non-Governmental Organizations and Development pp. 1-239</u>	<u>2009</u>	<u>199</u>
4.	<u>Status of groundwater arsenic contamination in Bangladesh: A 14-year study report</u>	<u>Chakraborti, Dipankar; Rahman, Mohammad Mahmudura, b; Das, Bhaskara; Murrill, Matthew; Dey, Sankar; Chandra Mukherjee, Subhas; Dhar, Ratan Kumara; Biswas, Bhajan Kumara; Chowdhury, Uttam Kumara; Roy, Shibtoshd; Sorif, Shahariard; Selim, Mohammadd Rahman, Mahmuderd; Quamruzzaman, Quazid</u>	<u>Water Research 44(19), pp. 5789-5802</u>	<u>2010</u>	<u>185</u>
5.	<u>International NGOs and primary health care in Mozambique: The need for a new model of collaboration</u>	<u>Pfeiffer, J.</u>	<u>Social Science and Medicine 56(4), pp. 725-738</u>	<u>2003</u>	<u>183</u>

6.	<b><u>A new SPOT4-VEGETATION derived land cover map of Northern Eurasia</u></b>	<u>Bartalev, S.A., Belward, A.S., Erchov, D.V., Isaev, A.S.</u>	<u>International Journal of Remote Sensing 24(9), pp. 1977-1982</u>	2003	160
7.	<b><u>From functional to social accountability: Transforming the accountability relationship between funders and non-governmental development organisations</u></b>	<u>O'Dwyer, B., Unerman, J.</u>	<u>Accounting, Auditing and Accountability Journal 20(3), pp. 446-471</u>	2007	142
8.	<b><u>Shifting environmental governance in a neoliberal world: US aid for conservation</u></b>	<u>Corson, C.</u>	<u>Antipode 42(3), pp. 576-602</u>	2010	129
9.	<b><u>Authentic NGDO partnerships in the new policy agenda for international aid: Dead end or light ahead?</u></b>	<u>Fowler, A.F.</u>	<u>Development and Change 29(1), pp. 137-159</u>	1998	120
10.	<b><u>Hands Off My Regime! Governments' Restrictions on Foreign Aid to Non-Governmental Organizations in Poor and Middle-Income Countries</u></b>	<u>Dupuy, K., Ron, J., Prakash, A.</u>	<u>World Development 84, pp. 299-311</u>	2016	106
11.	<b><u>After the Paris Declaration: Taking on the issue of power</u></b>	<u>Hyden, G.</u>	<u>Development Policy Review 26(3), pp. 259-274</u>	2008	100
12.	<b><u>Introduction: Institutional choice and recognition in the formation and consolidation of local democracy</u></b>	<u>Ribot, J.C., Chhatre, A., Lankina, T.</u>	<u>Conservation and Society 6(1), pp. 1-11</u>	2008	100
13.	<b><u>Keeping a Low Profile: What Determines the Allocation of Aid by Non-Governmental Organizations?</u></b>	<u>Koch, D.-J., Dreher, A., Nunnenkamp, P., Thiele, R.</u>	<u>World Development 37(5), pp. 902-918</u>	2009	90
14.	<b><u>Corporate social responsibility: A trend and a movement, but of what and for what?</u></b>	<u>Sahlin-Andersson, K.</u>	<u>Corporate Governance 6(5), pp. 595-608</u>	2006	89
15.	<b><u>Globalisation of international health</u></b>	<u>Walt, G.</u>	<u>Lancet 351(9100), pp. 434-437</u>	1998	86
16.	<b><u>On the difficulty of studying 'civil society': Reflections on NGOs, state and democracy in Bangladesh</u></b>	<u>Lewis, D.</u>	<u>Contributions to Indian Sociology 38(3), pp. 299-322</u>	2004	75
17.	<b><u>Dynamics of NGO legitimacy: How organising betrays core missions of INGOs</u></b>	<u>Ossewaarde, R., Nijhof, A., Heyse, L.</u>	<u>Public Administration and Development 28(1), pp. 42-53</u>	2008	74
18.	<b><u>The health-care system: an assessment and reform agenda</u></b>	<u>Mataria, Awada, bSend mail to Mataria A.;Khatib, Ranaa;Donaldson, Camc;Bossert, Thomasd;Hunter, David Je;Alsayed, Fahedf;Moatti, Jean-Paulg</u>	<u>The Lancet 373(9670), pp. 1207-1217</u>	2009	62
19.	<b><u>Faith-based aid, globalisation and the humanitarian frontline: An analysis of Western-based Muslim aid organisations</u></b>	<u>De Cordier, B.</u>	<u>Disasters 33(4), pp. 608-628</u>	2009	60

<b>20.</b>	<b><u>The Formation of Cross-Sector Development Partnerships: How Bridging Agents Shape Project Agendas and Longer-Term Alliances</u></b>	<u>Manning, S., Roessler, D.</u>	<u>Journal of Business Ethics 123(3), pp. 527-547</u>	<u>2014</u>	<u>52</u>
<b>21.</b>	<b><u>Policy arena: The international aid system and the non-governmental organisations: A new research agenda</u></b>	<u>Tvedt, T.</u>	<u>Journal of International Development 18(5), pp. 677-690</u>	<u>2006</u>	<u>50</u>
<b>22.</b>	<b><u>Is the iron law of oligarchy rusting away in the Third World?</u></b>	<u>Fisher, J.</u>	<u>World Development 22(2), pp. 129-143</u>	<u>1994</u>	<u>47</u>
<b>23.</b>	<b><u>Disability and international development: Towards inclusive global health</u></b>	<u>MacLachlan, M., Swartz, L.</u>	<u>Disability and International Development: Towards Inclusive Global Health pp. 1-218</u>	<u>2009</u>	<u>46</u>
<b>24.</b>	<b><u>Constructing identity by deconstructing differences: Building partnerships across cultural and hierarchical divides</u></b>	<u>Ybema, S., Vroemisse, M., Van Marrewijk, A.</u>	<u>Scandinavian Journal of Management 28(1), pp. 48-59</u>	<u>2012</u>	<u>45</u>
<b>25.</b>	<b><u>Rebuilding the health care system in Afghanistan: An overview of primary care and emergency services</u></b>	<u>Acerra, J.R., Iskyan, K., Qureshi, Z.A., Sharma, R.K.</u>	<u>International Journal of Emergency Medicine 2(2), pp. 77-82</u>	<u>2009</u>	<u>45</u>
<b>26.</b>	<b><u>Health sector reform in the Occupied Palestinian Territories (OPT): Targeting the forest or the trees?</u></b>	<u>Giacaman, R., Abdul-Rahim, H.F., Wick, L.</u>	<u>Health Policy and Planning 18(1), pp. 59-67</u>	<u>2003</u>	<u>45</u>
<b>27.</b>	<b><u>Dangerous Correlations: Aid's Impact on NGOs' Performance and Ability to Mobilize Members in Pakistan</u></b>	<u>Bano, M.</u>	<u>World Development 36(11), pp. 2297-2313</u>	<u>2008</u>	<u>44</u>
<b>28.</b>	<b><u>New American relief and development organizations: Voluntarizing global aid</u></b>	<u>Schnable, A.</u>	<u>Social Problems 62(2), pp. 309-329</u>	<u>2015</u>	<u>39</u>
<b>29.</b>	<b><u>'Scaling-up is a craft not a science': Catalysing scale-up of health innovations in Ethiopia, India and Nigeria</u></b>	<u>Spicer, NeilaSend mail to Spicer N.; Bhattacharya D.; Dimka R.; Fanta F.; Mangham-Jefferies L.; Schellenberg J.; Woldemariam A.; Walt G.; Wickremasinghe D.</u>	<u>Social Science and Medicine 121, pp. 30-38</u>	<u>2014</u>	<u>37</u>
<b>30.</b>	<b><u>Social and environmental NGOs' perceptions of Corporate Social Disclosures: The Case of Bangladesh</u></b>	<u>Momin, M.A.</u>	<u>Accounting Forum 37(2), pp. 150-161</u>	<u>2013</u>	<u>36</u>

Fonte: elaborada pelos autores a partir de informações retiradas do Scopus (março, 2022).

## 5.6. Análise de co-ocorrência de palavras

Ao todo, foram identificadas 1684 palavras-chaves diferentes associadas aos artigos selecionados. O limite mínimo de ocorrências estabelecido foi 8, gerando um total de 46 palavras agrupados pelo VOS Viewer em 4 grupos (Tabela 4; Figura 3). As cinco palavras-chaves com o maior número de ocorrências nos artigos sobre CID e OSC são: development aid (170), nongovernmental organization (144), civil society organizations (73), developing countries (37) e human (34), organizados em diferentes grupos pelo critério de proximidade que elas aparecem nos artigos:

Tabela 4: Grupos de co-ocorrência de palavras-chave em artigos sobre CID e OSC publicados entre 2000 e 2020.

Grupos (número de itens)	Palavras-chave (número de ocorrências)
Grupo 1 (17 Itens)	Accountability (12), aid flow (15), <b>aid policy (27)</b> , Bangladesh (8), <b>civil society organizations (185)</b> , democracy (8), <b>development aid (170)</b> , donors (8), <b>governance approach (17)</b> , international development (8), local participation (8), organizational framework (8), partnership approach (9), poverty alleviation (11), south korea(8) e sub-saharan Africa (10)
Grupo 2 (15 Itens)	aid effectiveness (10), <b>developing countries (37)</b> , economic aspect (10), economics (15), fiscal management (12), government (15), <b>health care policy (20)</b> , <b>health service (24)</b> , <b>human (34)</b> , organization (15), <b>organization and management (17)</b> , policy (13), poverty (10), priority journal (12), e united nations (11)
Grupo 3 (9 Itens)	<b>Africa (22)</b> , <b>development (16)</b> , globalization (9), <b>hiv/aids (19)</b> , human rights (8), sustainability (8), sustainable development (13), united states (11) e world (9)
Grupo 4 (5 Itens)	Asia (11), <b>eurasia (16)</b> , europe (12), humanitarian aid (11) e world (9)

Fonte: elaborada pelos autores a partir de informações retiradas do Scopus

Destacamos o fato de, no grupo 1, a discussão sobre Ajuda Internacional e ONGD vir associada a discussões sobre accountability e governança destacadas nos capítulos teóricos. A primeira que se tornou central nos debates sobre a eficácia da Ajuda e a segunda que trata do lugar das OSC no Sistema de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.

No segundo grupo, o termo efetividade da ajuda surge associado a termos como aspectos econômicos, gestão fiscal, gestão e organização e programas específicos de saúde, para os quais as OSC historicamente tem representado importantes executores de recursos nos países mais pobres.

No terceiro grupo, as palavras hiv/aids aparecem associadas ao desenvolvimento sustentável no continente africano. Por fim, no quarto grupo, surgem recorrentemente próximas as discussões sobre ajuda humanitária, Europa e Ásia.



governança, dentre outros. Tais resultados reforçaram o que foi apresentado nos capítulos teóricos sobre o grau de exigências impostas às ONGD para que as organizações adotem práticas de gestão mais eficazes. A concorrência das ONGD por recursos, intensificada no pós 1990, e a sua relação com os governos e demais organizações internacionais, promove maior burocratização em tais organizações e limitam sua liberdade de atuação devido ao maior controle e engessamento de agendas e práticas por parte dos financiadores.

Chama atenção, ainda, a necessidade de se fortalecer as publicações sobre a temática a partir de centros de pesquisa do Sul Global, uma vez identificado que a maioria das publicações se origina de países do Norte. As OSC dos países em desenvolvimento, são parceiras históricas das ONGD e vem atuando conjuntamente na *advocacy* junto aos organismos internacionais na disputa dos rumos da agenda internacional de desenvolvimento. Nas publicações acadêmicas, entretanto, a perspectiva dos atores do Sul precisa ser reforçada.

Neste sentido, foi destacado que duas entre as universidades que mais publicam sobre o tema encontram-se no continente africano: a University of Pretoria (África do Sul) e University of Ghana. Entretanto, nenhuma universidade latino americana se destaca entre as que mais tem pesquisado sobre OSC e CID, apesar da história da região ter sido fortemente marcada pela relação das ONGD do norte e movimentos e organizações da sociedade civil locais.

Como sugestão para próximas pesquisas, sugere-se uma aprofundada revisão de bibliografia com os artigos apresentados neste artigo que tratam sobre ONGDs e CID, quais as perspectivas teóricas e posicionamentos epistemológicos das principais publicações sobre esta temática.

## REFERENCIAS

ALBURQUERQUE, Francisco. La cooperación oficial de España al desarrollo. **Información Comercial Española, ICE: Revista de economía**, n. 702, p. 144-159, 1992.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANAND, Sudhir; SEN, Amartya. Sustainable human development: concepts and priorities. UNDP Human Development Report Office, 1994. AYLLÓN, Bruno. La Cooperación Internacional para el Desarrollo: fundamentos y justificaciones en la perspectiva de la Teoría de las Relaciones Internacionales. **Carta internacional**, v. 2, n. 2, p. 32-47, 2007.

BARBANTI JR., O. Desenvolvimento e Relações Internacionais. In: CAMPOS, Taiane (Org.). Desenvolvimento, Desigualdades e Relações Internacionais. Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

BAVA, S. C. O que é e o que pode ser a Cooperação Internacional, In: Brasil, América Latina e a Cooperação Internacional, Le Monde Diplomatique Brasil, Encarte Especial, agosto 2011.

EPSTEIN, Gil S.; GANG, Ira N. Contests, NGOs, and decentralizing aid. *Review of Development Economics*, v. 10, n. 2, p. 285-296, 2006

IGLESIA-CARUNCHO, M. La cooperación para el desarrollo en un mundo en cambio. In: \_\_\_\_\_. *El impacto económico y social de la cooperación para el desarrollo*. Madrid: Ed. IUDC La Catarata, 2005. Cap. 1, p. 35-76.

JANSEN, A. Opções atuais da cooperação internacional. *Cadernos ABONG*, São Paulo, n. 7, p. 3-5, jan. 1995. KEHOANE, Robert O. *After hegemony. Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton: Princeton University Press, 1984.

KLEIN, Michael; HARFORD, Tim. *The market for aid*. Intern. finance corp., 2005.

KRAYCHETE, E. S. Modelo de Desenvolvimento de pacto social. Salvador. In: *Bahia Análise e Dados*, v. 17, n. 4, jan-mar 2008.

KROPOTKIN, Piotr. AJUDA MÚTUA ENTRE NÓS. In: *Ajuda mútua: um fator de evolução*. Tradução Waldyr Azevedo Jr. — São Sebastião: A Senhora Editora, 2009. cap. 8, p. 207-230. Disponível em: <https://otal.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2013/09/Ajuda-M%C3%BAtua-um-fator-de-evolu%C3%A7%C3%A3o-Piotr-Kropotkin.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2022.

MARTENS, Bertin. Why do aid agencies exist?. *Development policy review*, v. 23, n. 6, p. 643-663, 2005.

MILANI, Carlos RS. Evolução histórica da cooperação Norte-Sul. **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**, p. 33-56, 2014.

MISEREOR. *Jahresbericht 2010*, Aachen, 2011.

MORGENTHAU, Hans. A political theory of foreign aid. **American Political Science Review**, v. 56, n. 2, p. 301-309, 1962.

NERFIN, M. As relações entre OGNs - As agências da ONU – Governos: desafios, possibilidades e perspectivas. In: *Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs: 1º Encontro Internacional de ONGs e o Sistema de Agências das Nações Unidas*. Rio de Janeiro: IBASE; PNUD, 1992. p. 95-117.

NUNNENKAMP, Peter; WEINGARTH, Janina; WEISSER, Johannes. Is NGO aid not so different after all? Comparing the allocation of Swiss aid by private and official donors. *European Journal of Political Economy*, v. 25, n. 4, p. 422-438, 2009.

NYE, Joseph S. **Understanding global conflict & cooperation: intro to theory & history**. Pearson Education, 1993.

OCDE. ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). *Agenda para a Acção de Acra*. In: FÓRUM DE ALTO

NÍVEL SOBRE A EFICÁCIA DA AJUDA, 3., 2008a, Accra. Anais eletrônicos... Paris, 2008a. Disponível em: . Acesso em: 2022.

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2019). *Development Co-operation Report 2019: A Fairer, Greener, Safer Tomorrow*. Paris: OECD Publishing. Recuperado de <https://doi.org/10.1787/9a58c83f-en>

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2020a). *Six decades of ODA: insights and outlook in the COVID-19 crisis, OECD Development Co-operation Profiles*. Paris: OECD Publishing. doi: <https://doi.org/10.1787/2dcf1367-en>.

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2020b). *Total flows by donor (ODA+OOF+Private) [DAC1]*. Recuperado de <https://stats.oecd.org/viewhtml.aspx?datasetcode=TABLE1&lang=en#>

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2021a). *Development Co-operation Directorate*. Recuperado de <http://www.oecd.org/dac>

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2021b). *Glossário CAD dos principais termos e conceitos*. Recuperado de <https://www.oecd.org/dac/dac-glossary.htm#Loans>

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2021c). *DAC List of ODA Recipients Effective for reporting on 2021 flows*. Recuperado de <https://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/development-finance-standards/DAC-List-ODA-Recipients-for-reporting-2021-flows.pdf>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Carta das Nações Unidas. São Francisco, junho de 1945.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York, 2015. ONU, 2015<sup>a</sup>.

PESSINA, Maria Elisa Huber. O não governamental na cooperação internacional para o desenvolvimento após 1990: entre as circunstâncias e as peculiaridades do caso alemão. Salvador: Edufba, 2017.

PESSINA, M. E. H., SIMOES, P. E. M., KRACHETE, E. S., & Silva, S. E. V. D. (2000). Discurso Gerencialista nas Organizações não Governamentais (ONGS) e Ideário Neoliberal Pós-1990: Análise a partir da Cooperação Internacional não Governamental para o Desenvolvimento. *Gestão & Planejamento-G&P*, 21, pp. 279-297.

PESSINA, Maria Elisa Huber; KRAYCHETE, Elsa Sousa. A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) pós 2015: agendas para as Organizações da Sociedade Civil brasileiras. **PAD – Processo de Articulação e Diálogo ABONG – Associação Brasileira Organizações Não Governamentais**, [S. l.], p. 1-58, 16 dez. 2020. Disponível em: <https://hlma.adv.br/a-cooperacao-internacional-para-o-desenvolvimento-cid-pos-2015-agendas-para-as-organizacoes-da-sociedade-civil-brasileiras/>. Acesso em: 13 abr. 2022.

RUHIL, R. Millennium development goals to sustainable development goals: challenges in the health sector. *International Studies*, Thousand Oaks, v. 52, n. 1-4, 118-135, dec. 2017.

SALIMON, M. I; SIQUEIRA, M. V. S. Ideologia gerencialista e subjetividade do trabalhador no terceiro setor. *Revista de Administração*, v. 48, n. 4, p. 643-657, 2013.

SATO, Eiiti et al. *Cooperação Internacional: uma componente essencial das relações internacionais*. 2010.

SEVERINO, Jean-Michel; RAY, Olivier. The end of ODA: death and rebirth of a global public policy. Available at SSRN 1392460, 2009.

ZIMMER, A. et al. *The Third Sector in Germany*. Westfälische Wilhelms-Universität Münster, Münster, 2000.

---

<sup>i</sup> Mais recentemente passou-se a utilizar o termo Finanças Públicas Concessionais (concessional public finance) como sinônimo de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento. Entretanto, as principais estatísticas da OCDE ainda utilizam o termo AOD.

<sup>ii</sup> <https://www.oecd.org/dac/dac-glossary.htm>

<sup>iii</sup> [https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=CRS1\\_GREQ#](https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=CRS1_GREQ#)

<sup>iv</sup> [https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=CRS1\\_GREQ#](https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=CRS1_GREQ#)